



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA

MPV 305

00164

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

MP nº 305, de 29 de junho de 2006

01 de 01

TEXTO

Exclua-se o § 1º do art. 1º, que possui a seguinte redação: "Aplica-se o disposto no caput aos integrantes dos quadros suplementares da Advocacia-Geral da União de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2229-43, de 06 de setembro de 2001", passando a Tabela de Subsídios para as Carreiras da Área Jurídica (Anexo I) à seguinte redação:

ANEXO I

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA AS CARREIRAS DA ÁREA JURÍDICA (incisos I a V do art. 1º)

CATEGORIA	VIGÊNCIA			
	1º JUL 06	1º JAN 07	1º JAN 08	1º JUN 2009
ESPECIAL	11.850,00	12.900,42	14.954,90	17.009,38
PRIMEIRA	11.257,50	12.255,39	14.207,15	16.158,91
SEGUNDA	10.694,62	11.642,63	13.496,79	15.350,96

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda objetiva evitar que o sistema remuneratório das carreiras da área jurídica federal sofra uma distorção ainda maior que a experimentada atualmente, e que ensejou a alteração legislativa iniciada pelo Governo, consoante justificativa contida no projeto original encaminhado pelo Advogado-Geral da União ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em 06/05/2005, qual seja: a migração constante de profissionais de excelente qualidade para outras carreiras jurídicas federais, especialmente do Poder Judiciário da União e do Ministério Público da União, que no momento apresentam-se mais atrativas financeiramente, em flagrante prejuízo para o desenvolvimento das atividades da Advocacia-Geral da União e de seus órgãos vinculados, bem como da Defensoria Pública da União, órgãos essenciais para a consecução e manutenção das políticas públicas do Estado brasileiro, situação esta reconhecida inclusive pelo Tribunal de Contas da União.

As carreiras contempladas encontram-se inseridas no mesmo âmbito constitucional daquelas integrantes do Ministério Público da União, qual seja, o das "Funções Essenciais à Justiça" (Título IV – Capítulo VI, CF), razão pela qual deveriam submeter-se ao mesmo tratamento remuneratório. Nada obstante, recebem tratamento discriminatório, o que vem causando intensa migração e rotatividade de quadros. A tabela proposta, contudo, ao invés de resolver a situação, agrava-a, na medida em que mantém e congela para os próximos anos a enorme disparidade hoje detectada e que tem feito com que cerca de 40% dos candidatos aprovados para tais carreiras sequer assumam, enquanto, dos que entram em exercício, outros 40% se exonerem já no primeiro ano, isto porque aumenta a diferença entre as categorias iniciais (onde ocorre a evasão) e as finais, o afronta inclusive a lógica do instituto do "subsídio", como se extrai das leis que fixaram o subsídio para as carreiras da Magistratura e do Ministério Público Federais.

A supressão do § 1º do art. 1º objetiva afastar a inconstitucionalidade flagrante que há em se tratar igualmente os desiguais, afrontando a cláusula isonômica (art. 5º, I, CF) e a própria moralidade administrativa (art. 37, caput, CF). Com efeito, os membros das carreiras da advocacia pública federal e os "quadros suplementares" não podem ser confundidos. Os integrantes destes "quadros suplementares" nem prestaram concursos para tais carreiras nem para elas foram transpostos, o que, aliás, seria também inconstitucional (art. 37, II, e 131, § 2º, CF), vedação ao qual o § 1º do art. 1º busca, por via transversa, burlar.

A alteração da tabela objetiva manter ao menos os interstícios de 5% entre uma categoria e outra, como previsto no anteprojeto original, de modo a que não experimente a advocacia pública maior incremento ainda da evasão de quadros altamente qualificados, o que, aliás, é um dos objetivos da fixação dos subsídios para tais carreiras. Suprimido o § 1º do art. 1º, evita-se o aumento de despesa, constitucionalmente vedado, que decorreria da modificação das tabelas e se evita assim agravar a crise institucional vivenciada pela Advocacia-Geral da União, o que decorrerá da simples conversão em lei da mp.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

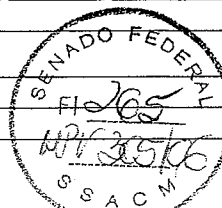
UF

PARTIDO

DATA

ASSINATURA

03/07/2006



Comparação das Tabela demonstrativa:

PROPOSTA ACORDADA ENTRE TÉCNICOS DA AGU E DO MPOG EM FEVEREIRO DE 2006

CATEGORIA	JUNHO/2006	JUNHO/2007	JUNHO/2008	JUNHO/2009
Segunda	R\$ 10.618,79	R\$ 15.068,36	R\$ 17.511,88	R\$ 19.955,40
(diferença %)	5%	5%	5%	5%
Primeira	R\$ 11.175,01	R\$ 15.861,44	R\$ 18.433,56	R\$ 21.005,68
(diferença %)	11,8%	5%	5%	5%
Especial	R\$ 12.671,09	R\$ 16.696,25	R\$ 19.403,75	R\$ 22.111,25

TABELA (ANEXO I) DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 305, DE 30/06/2006

CATEGORIA	JULHO/2006	JANEIRO/2007	JANEIRO/2008	JUNHO/2009
Segunda	R\$ 9.500,00	R\$ 10.497,56	R\$ 11.238,98	R\$ 11.980,40
(diferença %)	12,8%	10,6%	11,9%	12,4%
Primeira	R\$ 10.900,00	R\$ 11.746,95	R\$ 12.751,39	R\$ 13.683,83
(diferença %)	8%	8,9%	14,7%	19,6%
Especial	R\$ 11.850,00	R\$ 12.900,42	R\$ 14.954,90	R\$ 17.009,38

PROPOSTA DE EMENDA À MP Nº 305, DE 30/06/2006

CATEGORIA	JULHO/2006	JANEIRO/2007	JANEIRO/2008	JUNHO/2009
Segunda	R\$ 10.694,62	R\$ 11.642,63	R\$ 13.496,79	R\$ 15.350,96
(diferença %)	5%	5%	5%	5%
Primeira	R\$ 11.257,50	R\$ 12.255,39	R\$ 14.207,15	R\$ 16.158,91
(diferença %)	5%	5%	5%	5%
Especial	R\$ 11.850,00	R\$ 12.900,42	R\$ 14.954,90	R\$ 17.009,38

(valores da MP 305/06)

[Assinatura]

